

RESENHA

HOW DEMOCRACIES DIE

Jorge Henrique Oliveira de Souza GOMES¹

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Penguin Random House, 2018.

Novembro de 2018.

Em *How Democracies Die*, Levitsky e Ziblatt (2018) fazem uma análise histórica minuciosa de como as democracias podem ser minadas de modo paulatino até se tornarem ou ditaduras ou simplesmente “semidemocracias” (MAINWARING; BRINKS; PEREZ-LINAN, 2001)². O objetivo do livro, entretanto, não é exatamente teórico nem metodológico e os autores não se debruçam com esmero sobre terminologias e outras discussões comuns à ciência política. A intenção do livro é quase cívica: dar um alerta informado e didático não só à comunidade acadêmica, mas ao público em geral, sobre os riscos de líderes autoritários que usam a própria democracia (ou o método majoritário) para acoessar princípios democráticos básicos. Assim, o livro foi desenhado para ser bastante acessível a pessoas de fora da área ciência política e talvez por isso deixe a desejar em alguns aspectos mais técnicos.

O livro possui muitas aplicações quando lido levando em conta o turbulento contexto político nacional recente. Há diversas lições que podem ser tiradas das páginas de *How Democracy Dies* e uma das intenções da presente resenha crítica é justamente procurar fazer um leitura do caso brasileiro à luz dos conselhos e avisos dados por Levitsky e Ziblatt.

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE- Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. jorge.osg@gmail.com.

² “Semi-democracia”, inclusive, é um termo que estranhamente não é citado pelo livro. Mainwaring, o criador do termo, é mencionado apenas nos agradecimentos.

Os autores do livro destacam que, após vários anos de pesquisa estudando como países democráticos se tornam autocracias na Europa e na América Latina, começaram a notar nos Estados Unidos da era Trump alguns dos mesmo sintomas de arrefecimento democrático que eles haviam enxergado tantas outras vezes em outras nações. O que estava sendo visto na Rússia com Putin, na Polônia com Duda, na Turquia com Erdogan, na Venezuela com Chávez e Maduro começava a se delinear nos EUA, o bastião da democracia liberal. O livro rememora os acertos e erros históricos das elites políticas tanto nos EUA quanto alhures.

Logo do início, os autores falam sobre como as elites políticas podem fazer alianças perigosas com outsiders visando colher frutos políticos no futuro. Contudo, muitas vezes o cálculo dessas elites é míope e elas são engolidas posteriormente pelo próprio outsider que elas alimentaram e deixam “entrar” no sistema. Isso ocorreu com Mussolini e Hitler. O nazifascismo na Europa ascendeu ao poder com a anuência das elites políticas e através de meios democráticos. Contudo, há casos menos extremos de derrocada da democracia: mais recentemente, na Venezuela, ocorreu o mesmo com Chávez, que, após ser preso por tentativa de golpe, recebeu um indulto natalino de um líder tradicional e conseguiu concorrer à presidência venezuelana e ser eleito.

Os autores, ainda no início do livro, mobilizam os escritos de Juan Linz. Linz (2018), que no seu livro “*The Breakdown of Democratic Regimes*” destaca os principais sinais de alerta que devemos observar para saber se um político pode ser tido como autoritário ou não. São eles: 1) rejeição, em palavras ou ações, das regras do jogo democrático. 2) negação da legitimidade dos oponentes. 3) tolerância ou encorajamento da violência. 4) Inclinação a cortar liberdades civis de oponentes, incluindo a mídia.

Caso um candidato ou político eleito conteste resultados críveis e legítimos de uma eleição e apoie soluções inconstitucionais, como, por exemplo, golpes militares, ele incorre no primeiro sinal. Se descreve seus rivais políticos como “subversivos”, “criminosos” e é contra a participação deles na arena política, cai no segundo sinal. Se, mesmo que de modo velado, endossar atos violentos e não rechaça-los de pronto, ou ainda louvar atos de torturadores e violência policial, acaba caindo no terceiro sinal. Quando apoia abertamente políticos, épocas ou leis que restringiram liberdades civis e direitos fundamentais, ou ainda ameaça seus críticos e rivais (na mídia, na sociedade civil ou na política) com medidas legais descabidas, temos um exemplo do quarto sinal.

No Brasil, se analisarmos os candidatos para a presidência da República da eleição de 2018, alguns se encaixam em uma ou mais de uma dessas características. No campo da esquerda, Ciro Gomes é conhecido por ser errático,

explosivo e instável. Boulos, por sua vez, contemporiza regimes autoritários, como o venezuelano e o cubano. Contudo, no campo oposto, o então candidato Jair Bolsonaro se encaixa em todos os indicativos estabelecidos por Juan Linz. O supramencionado político já louvou torturadores condenados; já defendeu o fechamento do Congresso, o fuzilamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; defende a violência policial mesmo em situações onde não há justificativa, apoiou publicamente chacinas como a do presídio de Pedrinhas, no Maranhão; corrobora a prática da tortura e é um saudoso da Ditadura Militar. Além disso, incita sempre saídas violentas para a resolução de conflitos, como quando, ainda no Exército, em 1986, planejou um ato terrorista em protesto contra os alegados baixos salários de sua categoria. Os exemplos supracitados são apenas alguns da extensa lista do deputado que está correntemente entre as primeiras colocações nas pesquisas eleitorais. Importante frisar, porém, que no livro os autores colocam o Brasil fora da zona de risco democrática.

Voltando à análise do livro, os autores colocam que as elites (outro termo pouco problematizado teoricamente no livro) funcionam como *gatekeepers*, ou seja, atores que tem o poder de permitir ou não a entrada de novos competidores. Elites podem criar barreiras à entrada, fortalecendo o *status quo* e gerando estabilidade. O outro lado, que é pouco abordado no livro, é que esse papel das elites, visto de modo positivo por Ziblatt e Levitscky, pode também engessar a realidade, criando um estado de coisas pouco aberto a mudanças que muitas vezes são necessárias. Os autores se utilizam de uma concepção do termo “elites” na linha de teóricos clássicos como Mosca (1992), Pareto (2014) e Michels (1982), conforme é usual na ciência política. Entretanto, não aprofundam teoricamente a conceituação do termo, o que pode deixar alguns leitores mais leigos confusos, já que o termo “elites” muitas vezes possui uma conotação pejorativa e restrita ao âmbito financeiro no senso comum.

Em seguida, o livro se debruça sobre a experiência americana e mostra como os EUA foram, até poucos anos atrás, bem-sucedidos em evitar que outsiders e aventureiros entrassem na política partidária profissional. Um dos exemplos citados é o famoso magnata e empresário Henry Ford, ícone do capitalismo industrial americano. Ford, já famoso e admirado no setor privado, tentou emplacar uma carreira na política dos EUA, porém, não obteve o apoio necessário e acabou levado pouco a sério devido a seus posicionamentos populistas e racistas. Tido como um verdadeiro *self made man*, o administrador não foi bem recebido pela elite política a despeito do apelo popular que despertava em boa parte da população.

Contudo, o livro destaca que houve um ponto de inflexão no caminho virtuoso da democracia americana. Essa ruptura ocorre em 1968, em meio as demandas por maior participação, quando houve uma mudança nas regras das eleições primárias nos EUA. As mudanças propiciaram uma influência muito grande dos filiados na escolha dos líderes. Isso alargou a porta de entrada para novos atores na política, o que é visto como ruim para Ziblatt e Levitsky, pois torna mais fácil a entrada de outsiders e políticos com discurso anti-sistema, como foi o caso de Trump, que conseguiu concorrer graças ao sistema de primárias. Seguindo a tradição dos federalistas, a dupla de pesquisadores ressalta que a solução nem sempre é, como prega o receituário popular, “mais democracia”. Nesse sentido, a concepção dos autores está afinada com boa parte da produção recente em teoria democrática empírica, com destaque para o livro de Achen e Bartels (2016) *Democracy for Realists*. Nesse livro, os autores também confirmam a perspectiva realista de que a democracia não é uma panaceia e de que nem sempre o método majoritário puro e simples é capaz de resolver problemas complexos. Inclusive, muitas vezes, aumentar a participação pode até aumentar os problemas. O plebiscitarismo e experiências de democracia direta nos dias de hoje são frequentemente instrumentalizadas por líderes populistas. As elites políticas servem justamente como filtros institucionais e atores de veto que impedem maiorias desenfreadas de realizarem mudanças rupturais.

O livro denuncia a complacência do Partido Republicano com a figura de Trump e destaca que as reações internas contra o empresário foram tímidas e pouco difundidas. Os autores sublinham que em outros países já ocorreu a situação onde um partido deixa de apoiar uma candidatura que lhe seria politicamente favorável, fazendo oposição a essa alternativa politicamente benéfica em nome de valores democráticos mais elevados e da estabilidade da nação. Isso aconteceu em alguns países da Europa, na época do nazifascismo, porém, não ocorreu na história recente dos EUA.

Um outro fator importante que possibilitou a chegada de Trump na política *mainstream* e enfraqueceu o poder dos *gatekeepers* tradicionais foi a emergência de canais de mídia alternativa, incluindo canais de TV a cabo que focam em um público específico e dão vazão ao extremismo latente em parte da população, além das mídias sociais. Internet e redes sociais, aliás, são temas quase não abordados pelo livro, no entanto, existe hoje um amplo debate na ciência política sobre o papel da internet como promotora ou não da polarização e da radicalização da política (SUSTEIN, 2017; GABLER, 2016; BOXELL; GENTZKOW; SHAPIRO, 2017).

Há também uma explicação sobre como o colégio eleitoral americano, pensado pelos Federalistas, foi distorcido com o passar dos tempos e se tornou mais poroso aos interesses das forças político-partidárias. Contudo, não há nenhuma problematização sobre os conhecidos e criticados aspectos negativos dessa instituição (DAHL, 2015), como a distorção quantitativa dos votos, que gera falhas de representação (LIJPHART, 1999). Os autores até citam outros casos como o de Trump onde houve discrepância razoável entre os votos do colégio eleitoral e da população, mas não há nenhuma crítica a esse sistema nem tampouco menções aos seus pontos negativos.

Um dos pontos centrais do livro é que não foi a “qualidade” da constituição americana que garantiu a continuidade democrática desse país. Diversos outros países emularam a constituição americana e não conseguiram manter por tanto tempo uma democracia saudável. Um desses exemplos é a Argentina. Como a constituição americana é uma constituição concisa e enxuta, há muitos meios de explorar brechas e manipular regras mantendo a legalidade. É possível “forçar a barra” e aplicar jurisprudências duvidosas contra inimigos políticos sem, no entanto, ferir as regras constitucionais. É a noção de “*Constitutional Hard-Ball*”, criada por Mark Tushnet (2018), que significa explorar com má fé regras constitucionais.

Impeachments, court-packings, shutdowns e outros instrumentos ou práticas legais são possíveis nos EUA mas não costumam ser usados de modo exagerado. Entretanto, os autores argumentam que esses tipos de medida têm sido usados recentemente de um modo que vem ultrapassando o limite do razoável. Exemplo disso foi a reação republicana à indicação de juiz da Suprema Corte dos EUA feita por Obama após a morte do magistrado Scalia. Obama, nos últimos dias de sua administração, propôs para ocupar o assento de Scalia o nome de Merrick Garland, considerado bastante moderado pela opinião pública. Todavia, os republicanos, donos da maioria no Senado americano, barraram a nomeação após uma sabatina de 293 dias, a mais longa da história americana, com direito até a políticos republicanos lançando provocações no Twitter. É normal que algumas indicações sejam negadas nos EUA (ao contrário do que ocorre no Brasil), contudo, a maneira como isso ocorreu com Obama foi não usual.

Essa discussão sobre uso forçado de processos legais e tolerância mútua levantada por *How Democracies Dies* possui muitas aplicações no Brasil. O sociólogo político Celso Rocha de Barros (2018), em artigo na Revista Piauí onde analisa a crise política nacional a luz do livro de Ziblatt Levitsky, considera que o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi uma espécie de “*Constitutional Hard-Ball*”. Além disso, acredita que algumas normas não escri-

tas de tolerância mútua e auto-restrição não foram respeitadas, mormente pela oposição de direita.

Inexiste consenso, na ciência política nacional, sobre as consequências tanto normativas quanto positivas do processo que culminou com o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. As leituras variam nas proporções de otimismo e pessimismo. Uma parte razoável dos pesquisadores e analistas da área enxerga o processo como um golpe parlamentar que ocasionou na deterioração institucional do país (MIGUEL, 2018). Uma versão mais branda desse mesmo argumento, nota no impeachment de 2016 uma ruptura institucional (AVRITZER, 2016). Outra perspectiva, ao contrário, percebe um fortalecimento das instituições de controle e da sociedade civil ativa, vendo assim o saldo final do processo de impeachment como positivo (AUSTON; MELO; MUELLER; PEREIRA, 2016). Há ainda aqueles que viram excessos no processo de impeachment e irresponsabilidade da oposição, porém não acreditam que houve golpe no sentido estrito do termo e reconhecem os equívocos estratégicos cometidos pela ex-presidente durante a condução de seu mandato (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; BARROS, 2018).

Pode-se afirmar que a instabilidade política brasileira é mais antiga do que o que as narrativas disponíveis apontam e é devida não a uma deficiência institucional inata (própria do nosso desenho constitucional, que possibilitou o chamado “presidencialismo de coalisão), mas a falta de *fair play* político, cultura democrática e boa vontade dos atores (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017). O impeachment, assim, não representa uma ruptura ou exceção exótica num processo histórico-institucional ascendente, mas sim uma operacionalização hiperbólica de um *modus operandi* de resolução de conflitos bastante comum na política brasileira e sul-americana (PEREZ-LIÑAN, 2007).

O livro cita muito rapidamente o Brasil como exemplo de democracia que permanece intacta³. Contudo, de acordo com grande parte das lições destacadas pelos autores, será que não haveria motivos para sermos menos otimistas? Existe uma série de normas não-escritas da Democracia, como *fair-play*, tolerância mútua, *forbearance*, respeito aos resultados e auto-restrição, que não foram respeitadas nos últimos anos. Os autores citam o conceito de *Constitutional Hardball* para exemplificar o uso de ferramentas legais e constitucionais instrumentalizadas, sem o devido amparo jurisprudencial, contra inimigos políticos.

³ Em visitas recentes ao Brasil, após o lançamento do livro, Levitsky parece ter tido uma visão menos otimista.

Ora, a leitura de muitos é que o Brasil vive precisamente o cenário supracitado, e não é de hoje. Fazendo um breve apanhado histórico: 1) Collor, primeiro presidente eleito após a redemocratização, desrespeitou flagrantemente diversas regras de etiqueta democrática e presidencial (como quando chamou o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, de “velho Gaga”); 2) durante sua presidência FHC sofreu 17 pedidos de impeachment mal fundamentados, ao mesmo tempo em que se reelegeu com base em uma PEC proposta sob medida para ele próprio; 3) durante os anos do PT no governo houve flerte aberto com regimes populistas e iliberais, como o governo Chávez/Maduro⁴; 4) recentemente, tivemos uma presidente que, desde o primeiro dia de sua reeleição, foi impedida de governar e teve a legitimidade de seus votos questionada pelo principal líder do partido de oposição. Além disso, essa mesma presidente, mesmo alertada pelo TCU, fez esquemas contábeis ilegais numa quantidade muito maior do que a feita em governos anteriores⁵. 5) Vemos uma retórica extremamente agressiva por parte de atores mainstream da esquerda e da direita e, ao mesmo tempo, uma polarização que enxerga a oposição como “inimiga do povo” e a vitória dos adversários como “inaceitável”. A escalada dos fatos levou até mesmo a episódios de violência política, algo que até então estava restrito a alguns setores da extrema esquerda. Desse modo, será que não há evidências claras de que a tolerância mútua e outras regras tácitas do cotidiano democrático não foram deixadas de lado pelas elites na realidade brasileira e que esse processo está se agravando e tomando proporções graves nos últimos anos?⁶

As evidências acima elencadas parecem apontar para o fato de que talvez a democracia no Brasil não esteja tão consolidada quanto as aparências mostram. Alguns pesquisadores já têm batido nessa tecla há algum tempo, principalmente na área de segurança pública e instituições coercitivas (ZAVERRUCHA, 2000; NÓBREGA JR., 2010).

⁴ Segundo autores como Melo (2017), Pippa Norris e Inglehart (2018), populismo é um termo que engloba retórica agressiva anti-establishment, anti-elites, anti-pluralismo e plebiscitarismo demagógico. “Ilberalismo”, por sua vez, é um termo criado por Fareed Zakaria (1997) para descrever democracias onde há eleições, porém não há garantias liberais como liberdade de imprensa, de oposição, instituições contramajoritárias, independência judicial, Estado de Direito, etc.

⁵ Tal fato é digno de nota pois, mesmo sendo uma manobra relativamente “comum”, as chamadas “Pedaladas” se tornaram sistemáticas no governo Dilma segundo Mansueto Almeida (COSTAS, 2015).

⁶ Esses decerto são questionamentos difíceis de serem respondidos de modo peremptório, pois, a despeito dos episódios elencados acima, é cristalino que o Brasil garantiu em sua história recente também diversas conquistas institucionais, como o fortalecimento das instituições de controle (MELO, 2015), um sistema de eleições sólido e confiável (MARTÍNEZ I COMA; NORRIS; FRANK, 2015) e um Judiciário independente (MELO, 2015) – lembrando que “independência” não é sinônimo de neutralidade.

How Democracies Dies traz um instigante apanhado histórico sobre o que fez a democracia americana se transformar num verdadeiro baluarte dos valores liberais para o resto do planeta. O livro também relembra os tropeços e percalços dessa caminhada e aponta de maneira bastante clara as ameaças do presente. Contudo, a obra possui uma série de falhas que podem até passar a limpo para o público geral, mas saltam aos olhos de cientistas políticos mais críticos. O livro falha em responder as seguintes perguntas: o que são afinal “democracias”? Quais os tipos e graus de regimes híbridos entre democracias puras e ditaduras? Esse é um debate importante sobre o qual os autores passam por cima. Outra questão terminológica importante: os autores usam de modo intercambiável e solto os termos “populismo”, “autoritarismo” e “personalismo”. Isso pode causar confusão na cabeça dos leitores e enfraquece tanto o valor semântico dos termos e como o rigor teórico na análise.

Outra questão preocupante do ponto de vista metodológico: o historicismo do livro é certamente algo positivo e digno de nota, porém, gera um viés de seleção: apenas casos que confirmam a teoria dos autores são citados. A análise acaba se tornando enviesada e elementar. Por que não usar um *QCA* (*Qualitative Comparative Analysis*) para explorar condições necessárias e suficientes para a democracia? Rodar uma regressão com um número maior de países? Ou ainda, citar estudos empíricos, no lugar de apenas exemplos históricos? A escolha metodológica dos autores é válida e legítima, agregando fluidez à leitura, contudo, seu argumento central ganharia mais força se acompanhado de evidências empíricas mais robustas. Além disso, a comparação entre EUA e países como Turquia e Venezuela, conquanto ilustrativa, acaba sendo descabida, pois as realidades históricas, contextuais e institucionais entre tais países são bastante distintas. Ademais, Trump vem sofrendo uma série de derrotas no seu governo devido ao forte sistema de *checks and balances* característico do presidencialismo americano.

Outrossim, a preocupação (legítima e necessária) com o governo de Donald Trump e sua ameaça aos valores democráticos acaba tornando a análise do livro mais próxima de uma análise quase jornalístico-literária. O livro gasta um bom tempo mostrando como Trump é uma ameaça à democracia e compila uma coleção de diversas frases absurdas e ofensivas do presidente americano. O objetivo político do livro é relevante, porém, acaba dando à obra um ar menos científico e técnico. Um ponto forte da leitura de *How Democracies Dies* é justamente sua fluidez e simplicidade. Contudo, do ponto de vista acadêmico, o livro tropeça nas questões acima descritas.

Segundo um dos últimos dossiês do V-Dem (LÜHRMANN *et al*, 2018), uma das tendências globais na área política é um processo de autocratização das

democracias. A faceta mais conhecida da democracia, as eleições, permanece forte em diversos países, porém, outras questões, como independência das instituições de controle, liberdade de expressão e oposição, imprensa livre e garantia de direitos individuais, tem sido atacados mundo afora, mesmo em algumas das democracias mais antigas. Mais países tem se tornado democráticos, porém, democracias consolidadas têm tido uma piora considerável em quesitos extra-eleitorais, como os já citados acima. *How Democracies Dies* trabalha encima dessa tendência e foca no exemplo dos EUA. É um livro de ciência política que tenta mostrar ao grande público como a erosão da democracia pode ocorrer de modo paulatino e inclusive com a presença de eleições.

REFERÊNCIAS

ACHEN, C.; BARTELS, L. **Democracy for realists**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

AUSTON, L. ; MELO, M. ; MUELLER, B.; PEREIRA, C. **Brazil in transition: beliefs, leadership and institutional change**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

AVRITZER, L. O fim da Nova República. **GGN: Jornal de Todos os Brasis**, [S.l.], 15 maio 2016. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/analise/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BARROS, C. R. de. O Brasil e a recessão democrática: como o cenário político global ajuda a entender a nossa crise – e vice-versa. **Revista Piauí**, São Paulo, ed.139, abr. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-brasil-e-recessao-democratica/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BOXELL, L.; GENTZKOW, M.; SHAPIRO, J. M. **Is the internet causing political polarization? evidence from demographics**. [S.l.: s.n.], March 2017. Disponível em: <https://www.brown.edu/Research/Shapiro/pdfs/age-polars.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COSTAS, R. Entenda a polêmica por trás das pedaladas fiscais. **BBC Brasil**, São Paulo, 07 out. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151006_pedaladas_tcu_entenda_ru. Acesso em: 15 fev. 2019.

DAHL, R. **A Constituição Americana é democrática?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

GABLER, N. The internet and social media are increasingly divisive and undermining of democracy. **AlterNet**, [S.l.], 30 Jun. 2016. Disponível em: <https://www.alternet.org/2016/06/digital-divide-american-politics/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Penguin Random House, 2018.

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. A crise e o atual debate institucional. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n.3, p.79-97, 2017.

LINZ, J. **The breakdown of democratic regimes**. In: LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How Democracies Die*. New York: Penguin Random House, 2018. p. 21.

LÜHRMANN, A. *et al.* State of the world 2017: autocratization and exclusion? **Journal Democratization**, [S.l.], v.25, n.8, 2018. DOI 10.1080/13510347.2018.1479693.

MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PEREZ-LINAN, A. Classificando regimes na América Latina, 1949-1995. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p.645-687, 2001.

MARTÍNEZ I COMA, F.; NORRIS, P.; FRANK, R. W. Integridad en las elecciones de America 2012-2014. **America Latina Hoy: Revista de Ciencias Sociales**, Salamanca, v.70, p. 37-54, 2015.

MELO, M. Independência institucional e combate à corrupção. **CEPESP**, [S.l.], 25 jan. 2015. Disponível em: <https://cepesp.wordpress.com/2015/01/25/marcus-melo-independencia-institucional-e-combate-a-corrupcao/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MELO, M. O populismo de Trump. **CEPESP**, [S.l.], 23 jan. 2017. Disponível em: <https://cepesp.wordpress.com/2017/01/23/marcus-melo-sobre-trump/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

MIGUEL, L. Curso sobre o golpe de 2016, um balanço. **CCG: Jornal de Todos os Brasis**, [S.l.], 03 jul. 2018. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/analise/curso-sobre-o-golpe-de-2016-um-balanco-por-luis-felipe-miguel/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MOSCA, G. **La classe politica**. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.

NÓBREGA JR., J. A semi-democracia brasileira: autoritarismo ou democracia? **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p.74-141, jan./abr. 2010.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash**: the rise of authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

PARETO, V. **Manual of political economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PÉREZ-LIÑAN, A. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SUSTEIN, C. **Divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TUSHNET, M. Constitutional Hard-Ball. *In*: LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Penguin Random House, 2018. p. 82.

ZAKARIA, F. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, New York, v.76, n.6, p.22-43, Nov./Dec. 1997.

ZAVERUCHA, J. **A frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2000.

Recebido em 3 de julho de 2018

Aprovado em 12 de agosto de 2018